



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

JORNALISMO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA: PANORAMA ATUAL DOS ESTUDOS A PARTIR DAS EDIÇÕES DO SBPJOR E COMPÓS

Camilla Barbosa de Souza ¹ (acamillabarbosa@gmail.com)

RESUMO

Este artigo investiga a interface entre jornalismo e a pauta da pessoa com deficiência (PcD), a partir de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), com base em trabalhos apresentados nos congressos Compós e SBPJor entre 2020 e 2024. Fundamentado em preceitos éticos da profissão jornalística e em legislações sobre direitos à comunicação e inclusão, o estudo evidencia a persistência de práticas midiáticas capacitistas, a escassez de representações humanizadas de PcD na imprensa e a baixa presença da temática nos campos acadêmicos da Comunicação e do Jornalismo. A análise identificou apenas 18 artigos sobre o tema em um universo de 1.807 produções, o que corresponde a menos de 1%. A pesquisa aponta a urgência de maior sensibilidade e comprometimento do campo jornalístico e científico com a inclusão, bem como a necessidade de ampliar vozes e narrativas PcD nas esferas midiática e acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE

Pessoa com Deficiência; Jornalismo; Revisão Sistemática de Literatura (RSL); SBPJor; Compós;

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (PPJ-UFPB).



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

POMENTO

APOIO



1. INTRODUÇÃO

O jornalismo configura-se como um agente fundamental nos processos que promovem transformações significativas na organização social, visto que, mais do que um conjunto de técnicas, essa prática profissional deve ser orientada por princípios éticos, responsabilidade social e compromisso com o interesse público.

Nesse sentido, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, instituído pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), estabelece que é dever da categoria “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias” (Fenaj, 2007, Art. 6º, XI). O documento também determina que é obrigação do profissional que o segue “combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza” (Fenaj, 2007, Art. 6º, XIV).

Diversos dispositivos legais, tanto em âmbito nacional quanto internacional, asseguram os direitos à comunicação, à acessibilidade e à inclusão social, e são resultados de lutas históricas protagonizadas por pessoas com deficiência (PcD) e por movimentos sociais que lutam, direta ou indiretamente, por essa causa. Embora já tenham sido notados avanços no que tange à difusão da temática, uma sociedade totalmente acessível e inclusiva é algo ainda muito distante da realidade.

Práticas midiáticas excludentes e marcadas pelo capacitismo ainda persistem e são notadas especialmente na ausência de fontes PcD nas rotinas jornalísticas de produção ou no modo como as narrativas são construídas. Estas últimas, muitas vezes, representam as PcD como meros personagens coadjuvantes e não como indivíduos que podem alcançar a independência e autonomia (Berni; Maldonado, 2023).



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



Frequentemente, pessoas com deficiência têm suas narrativas e vivências limitadas a símbolos de superação, super-heróis, anjos, ou, em outro extremo comum, são representados como incapazes, infelizes, entre outros estigmas frequentemente reproduzidos pela sociedade. Quando não são marginalizadas, são divinizadas, mas raramente humanizadas (Silva, 2023).

Saindo do campo profissional e adentrando ao acadêmico, nota-se que o interesse e as produções sobre a temática ainda são relativamente poucas e recentes. Diante deste cenário, este artigo, que possui caráter exploratório, traz um mapeamento a respeito de como a temática PcD tem sido abordada, e, sobretudo, quais os entrelaçamentos com o jornalismo têm sido trazidos nas pesquisas dos últimos anos. Para isto, fundamenta-se na seguinte questão norteadora: **De que forma a conexão entre a pauta da pessoa com deficiência e o jornalismo tem sido investigada e quais elementos se destacam na produção científica a respeito dessa relação?**

Para responder tal questão, o procedimento metodológico adotado é a Revisão Sistemática de Literatura (RSL). Assim como defendem Sampaio e Lycarião (2021), acredita-se que, por meio da revisão de literatura adequada, teremos o conhecimento do estado da arte a respeito do fenômeno a ser estudado.

Na RSL desenvolvida, foram coletados artigos científicos recuperados dos anais de cinco edições de dois eventos científicos da referida área de conhecimento, a saber: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), entre 2020 e 2024. Por meio da busca pelas palavras “deficiência”; “acessibilidade”; e “inclusão” nos títulos, identificamos 18 artigos.

Uma vez que este estudo é parte basilar de uma pesquisa mais ampla em andamento no contexto do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (PPJ-UFPB), no qual a pesquisadora é mestranda,



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



um dos objetivos é refinar instrumentos de análise posteriormente. Acreditamos que a mudança na configuração social vigente, é precedida pelo debate e pela proposição de estratégias no campo comunicacional, sobretudo no meio jornalístico, sendo que produções científicas são fundamentais nessa jornada.

2. PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DA MARGINALIZAÇÃO À CONQUISTA DE DIREITOS

De acordo com dados preliminares da amostra do Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre as 198,3 milhões de pessoas com dois anos ou mais de idade no país, 14,4 milhões (ou 7,3%) eram pessoas com deficiência². Esse número expressivo revela não apenas a relevância dessa parcela da população no cenário nacional, como também reforça a urgência de compreender os desafios históricos enfrentados por esses indivíduos.

Por muito tempo e em vários contextos sociais ao longo da história, as PcD foram inferiorizadas e desacreditadas quanto à possibilidade de se tornarem seres autônomos e independentes no sentido biológico e social. Essa realidade só veio a ser mudada a partir de discussões levantadas a respeito do tema, as quais propiciaram a criação de dispositivos legais e de políticas públicas com o objetivo de suscitar a valorização e a inclusão destes indivíduos na sociedade.

Um documento em específico foi fundamental para os debates iniciais. Trata-se da Declaração Mundial dos Direitos Humanos (DUDH), promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, a qual, apesar de não fazer menção direta à temática, preconiza em seu 19º artigo que

² Resultados preliminares divulgados pelo IBGE, os quais, segundo o órgão, serão futuramente refinados. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43463-censo-2022-brasil-tem-14-4-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 3 jan. 2026.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (ONU, 1948, grifo nosso)

Só em 2006, quase seis décadas depois, foi promulgada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tratado internacional da ONU com o intuito de proteger os direitos destas pessoas. O Brasil foi um dos países signatários do documento e ratificou-o por meio do Decreto Nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Cabe ressaltar, porém, que a própria Constituição Federal de 1988 já fizera menção aos direitos das pessoas com deficiência, garantindo, segundo Bonito (2015, p. 57), que elas “pudessem ter acesso à educação, à saúde, à cultura, entre outros direitos sociais, sem dependerem da benevolência alheia”.

Em face das movimentações da sociedade no que concerne ao entendimento e à exigência da inclusão social na prática, houve, também, a criação de um dos mais importantes dispositivos legais nacionais nesse meio: a Lei 13.146, ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), a qual foi baseada na Convenção da ONU, mas inclui outras demandas próprias do país. A Lei foi elaborada no ano de 2000, mas só veio a ser, de fato, sancionada 15 anos depois, durante o mandato da presidente Dilma Rousseff.

Conforme destaca Bonito (2015), a luta empenhada por movimentos sociais e ONGs atuantes pela causa foi crucial para a reconfiguração dos conceitos relacionados a esses personagens, antes estigmatizados de forma depreciativa. O autor descreve que aqueles “passaram a lutar para que tais pessoas fossem compreendidas como sujeitos de direito e a exigir respeito pela sua cidadania” (2015, p. 26).

É interessante notarmos os direitos, definições e delimitações dispostos na lei, os quais, muitas vezes, não são conhecidos e, por conseguinte, respeitados pela própria comunidade jornalística. Tal impasse contribui diretamente para que as PcD ainda enfrentem inúmeros entraves dia após dia na luta pela existência digna.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



Os corpos atravessados por características que se desviam das normas hegemônicas são continuamente reinscritos nos discursos que estabelecem as fronteiras entre o normal e o anormal. Tais narrativas operam uma redução desses corpos à dimensão da diferença, fazendo com que esta configure-se como um elemento constitutivo das narrativas de identidade daqueles que se reconhecem como pertencentes ao domínio da normalidade.

A classificação dos corpos como normais ou excepcionais emerge de um processo em que a percepção do corpo considerado “patológico” serve como parâmetro de identificação e legitimação do corpo tido como “normal”, evidenciando que a normalidade se constrói relacionalmente, em contraste com a alteridade corporal. Sobre isso, Diniz (2007) considera que

O corpo com deficiência somente se delinea quando contrastado com uma representação de o que seria o corpo sem deficiência. Ao contrário do que se imagina, não há como descrever um corpo com deficiência como anormal. A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida. Há quem considere que um corpo cego é algo trágico, mas há também quem considere que essa é uma entre várias possibilidades para a existência humana. (DINIZ, 2007, p.4)

A vivência social de uma pessoa com deficiência ainda é marcada por segregação e apagamento, sobretudo porque corpos com diferenças são, constantemente, tidos como estranhos nos mais variados contextos e não-pertencentes a determinados ambientes sociais e às expectativas de relações sociais produzidas pelos processos de sociabilização (Santos, 2008, p. 504). Nesse sentido, Joana Belarmino Sousa traz uma valiosa reflexão:

Ora, como podemos abdicar da diferença se ela se inscreve como nossa própria assinatura genética no mundo biológico? Cada um de nós contém um arranjo único no modo como nossos genes se multiplicaram, se reduplicaram. Em cada cérebro humano, os arranjos de sinapses e conexões, o modo como se realizam, são únicos para cada indivíduo. (SOUSA, 2009, p.180)



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



É fundamental, portanto, considerarmos a imensidão do gênero humano, este constituído por seres únicos, cada qual com potencialidades e funcionamentos diversos, e como essa pluralidade se relaciona de forma intrínseca com a organização e a significação coletiva da sociedade na qual estamos inseridos. Só a partir disso conseguiremos, finalmente, alcançar a plena inclusão e o bem-estar de todos os indivíduos.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada para guiar o presente artigo foi a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), que, conforme Sampaio e Mancini (2007, p. 83), “serve para nortear o desenvolvimento de projetos, indicando novos rumos para futuras investigações e identificando quais métodos de pesquisa foram utilizados em uma área”.

Ainda conforme os autores, o processo de elaboração de um estudo de RSL possui algumas etapas; a primeira delas — a definição da questão-tema — é seguida pela busca e coleta dos trabalhos a respeito da temática pretendida em bases de dados, procedimento que deve ser norteado por critérios previamente estabelecidos pelo pesquisador.

Para esta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de indexação dos anais referentes às cinco edições (2020-2024) do Encontro Anual da Compós, promovido pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação; e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor, promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.

A seleção inclui trabalhos que, na análise inicial de títulos, apresentavam alguma das seguintes palavras buscadas: “deficiência”, “acessibilidade” ou “inclusão”; e que fossem relacionados aos campos comunicacional e/ou jornalístico. A partir disso, chegamos a um corpus de 18 artigos na fase inicial de coleta.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



Estudos de revisão bibliográfica em geral e revisões sistemáticas de literatura com frequência caminham conjuntamente à Análise de Conteúdo (AC), que, segundo Sampaio e Lycarião (2021, p.17), é “uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos”. É importante destacar que em fases futuras deste estudo serão criadas categorias temáticas que propiciem a AC integral dos artigos encontrados.

4. RESULTADOS

A verificação dos títulos dos artigos publicados nos anais do SBPJor e da Compós, entre os anos de 2020 e 2024, revelou que estudos que abordam a temática da deficiência nos campos jornalístico e comunicacional ainda representam uma parcela minoritária. Somadas todas as publicações de ambos os eventos no período discriminado, temos um total de 1.807; destas, apenas 18 fazem menção à temática PcD, o que representa quase 1%.

Tabela 1- Artigos sobre questões ligadas à deficiência

SBPJor				Compós			
ANO	EIXOS TEMÁTICOS	TRABALHOS	SOBRE TEMÁTICA	ANO	EIXOS TEMÁTICOS	TRABALHOS	SOBRE TEMÁTICA
2024	29	101	1	2024	24	239	2
2023	37	148	1	2023	24	239	3
2022	25	117	5	2022	20	200	1
2021	34	208	2	2021	20	200	1
2020	2	155	0	2020	20	200	2

Fonte: Elaboração própria (2025)



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



Ambos os eventos tiveram o mesmo quantitativo (nove) de pesquisas sobre o objeto de estudo. O SBPJor 2022, realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), foi a edição que mais teve pesquisas referente ao assunto, totalizando cinco. No entanto, o encontro de 2020 do mesmo evento, realizado remotamente por causa da pandemia de covid-19, foi o único que não recebeu nenhum trabalho que abordasse a pauta PcD.

Se analisarmos, isoladamente, o número de produções dos últimos cinco anos de cada um dos encontros, temos 728 do SBPJor, dos quais apenas aproximadamente 1,24% são sobre a temática PcD; dos 1078 apresentados no Compós durante o período, a porcentagem é ainda é menor: aproximadamente 0,83%.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui realizada, mesmo em caráter exploratório, nos traz algumas considerações a respeito do panorama atual sobre os estudos entre deficiência e jornalismo.

Por tratar-se de um evento que reúne as diversas áreas da Comunicação, algumas das pesquisas coletadas da Compós não fazem menção direta ao Jornalismo, que é o direcionamento principal deste artigo. Entendemos, no entanto, que a interdisciplinaridade é intrínseca ao campo acadêmico jornalístico e que tais reflexões produzidas por “áreas-irmãs” são, de igual modo, úteis. É o que sugerem Saar, Rodrigues e Lima Junior (2023, p. 97), ao dizerem que “a interdisciplinaridade se dá pela colaboração entre diversas disciplinas de modo que haja um enriquecimento de cada uma separadamente, a partir das trocas e interações realizadas entre elas” (*apud* Japiassu, 1976).

Outro ponto a ser destacado é a hipótese de que algumas pesquisas podem não apresentar em seu título alguma das três palavras-chaves que foram buscadas nesta



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



pesquisa, mesmo versando sobre a temática. Isso pode influenciar diretamente no número total final dos trabalhos a respeito do assunto aqui levantado.

Ademais, é notório que ainda há um mundo a ser desbravado, mas a falta de interesse e a invisibilidade histórica que o público PcD experimenta há séculos contribuem diretamente para que isso aconteça a passos lentos na prática. Esse trabalho traz uma reflexão a respeito da necessidade do olhar sensível e responsável por parte dos jornalistas e pesquisadores para que essa realidade seja transformada. Mais do que um ato altruísta, esse é um dever profissional, sobretudo quando pensamos à luz das legislações vigentes, que garantem a todos, sem distinção de qualquer natureza, o acesso à informação e à vida com dignidade.

O filósofo hispano-americano George Santayana diz que “aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo”³ (Santayana, 1905, p. 284, tradução nossa), uma afirmação que nos alerta para o fato de que a ignorância ou o esquecimento de acontecimentos históricos tornam a recorrência dos mesmos erros algo muito mais provável.

Temos aqui uma provocação aos jornalistas, comunicadores e à academia, em geral, a respeito da necessidade de dar voz ao coletivo PcD e buscar meios de fazê-lo ser ouvido em todos os espaços da sociedade. Acreditamos que, a partir disso, ultrapassaremos as barreiras opressoras do capacitismo ainda vigentes em nossa sociedade.

³ No original: Those who cannot remember the past are condemned to repeat it.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



REFERÊNCIAS

BERNI, F. C.; MALDONADO, A. E. “Conta a mãe”, “explica a irmã”, “disse o pai”: a fala Down negada no jornalismo. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v.9, n. 2, 2023. DOI: 10.5212/RevistaPautaGerais.v.9.21442. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21442>. Acesso em: 2 fev. 2026.

BONITO, M. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível**: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil. São Leopoldo: Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, 2015.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 324).

FENAJ – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Aprovado em Congresso Nacional Extraordinário da FENAJ, Brasília-DF, 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 7 dez. 2025.

SAAR, C. M. A. de A; RODRIGUES, S. S. S.; LIMA JUNIOR, W. T. O Projeto Lupanh e suas interconexões interdisciplinares para a formação de inteligência social hiperlocal. In: PÔRTO JR, Gilson; ORMANEZE, Fabiano (org.). **Pesquisa em Jornalismo**: entre a emergência de um campo e a interdisciplinaridade. Palmas, TO: Observatório Edições, 2023. p. 91-106. ISBN 978-65-999742-3-6.

SAMPAIO, R. C.; LYCARYÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SANTOS, W. R. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 501-519, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/SDWpCmFGWn69qtRhdqGGSy/?lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2026.

SILVA, S. M. da. Jornalismo humanizado e anticapacitista como instrumento de acolhimento à diversidades: relato e reflexões teórico-metodológicas sobre processo de entrevistas de livro-reportagem. In: 46º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO, 2023, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Intercom, 2023. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0816202323214764dd843b6d9e8.pdf. Acesso em: 2 jul. 2025.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



SOUSA, J. B. O que percebemos quando não vemos? **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21 – n.1, p. 179-184, 2009.